

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

JORNALISMO AMBIENTAL E NÃO NEUTRALIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DO ABC DO PANTANAL NA PROTEÇÃO DO BIOMA

Maria Heloisa Soares de Oliveira; heloisa.oliveira@unemat.br
Eveline dos Santos Teixeira Baptistella¹; evelineteixeira@unemat.br (Orientadora)

RESUMO

Este artigo analisa o papel do projeto de extensão ABC do Pantanal na comunicação de temas ambientais, destacando a abordagem baseada no jornalismo ambiental e no conceito de não neutralidade observadas nas publicações do perfil de Instagram do projeto. Selecionamos postagens que tratam de temas como a caça ilegal de onças-pintadas, a Lei da Cota Zero e do Projeto Tachã. A partir dessas publicações, investigamos como o ABC do Pantanal se posiciona ativamente na defesa do bioma e das comunidades locais, contribuindo para a sensibilização pública e para o debate sobre políticas ambientais. O estudo reforça a importância de um jornalismo engajado, que tem a intenção de informar e alertar a população, e que propõe soluções para os problemas socioambientais. Ao analisar a postura crítica e comprometida do projeto, apresentamos o ABC do Pantanal como uma possível referência na área, demonstrando como o jornalismo ambiental pode atuar na defesa do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo ambiental. não neutralidade. análise do discurso. meio ambiente. políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho iremos discutir como o projeto ABC do Pantanal pratica a não neutralidade (Dornelles, 2008) no jornalismo ambiental (Bueno, 2007) em suas publicações e projetos. Levando em consideração que o jornalismo ambiental ocupa um papel fundamental na disseminação de informações sobre as questões ecológicas e contribui para a sensibilização da sociedade, analisamos como essa vertente precisa se

¹Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora efetiva do Curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Sociedade (Unemat). Coordenadora do Projeto de Extensão ABC do Pantanal.

afastar da premissa de neutralidade jornalística, especialmente em tempos de emergência climática.

O jornalismo ambiental trabalha com questões que envolvem ciência, política, economia e impactos sociais, exigindo do profissional um compromisso com a informação qualificada e contextualizada (Bueno, 2007). Portanto, é necessário dar luz à discussão sobre a objetividade e neutralidade quando se trata de temas que envolvem desigualdades socioambientais e a defesa de direitos da natureza (Dornelles, 2008).

Para ajudar no embasamento de nossa argumentação, incluímos citações de autores que defendem que a busca por uma suposta imparcialidade pode resultar na omissão de informações importantes e na reprodução de discursos hegemônicos. Além disso, utilizamos desses autores para embasar nossa discussão sobre o fato do jornalismo ambiental não se limitar a uma abordagem informativa, mas deve assumir também um papel educativo e engajado, considerando a urgência dos assuntos ambientais (Bueno, 2007). Assim, discutimos como a não neutralidade no jornalismo ambiental se justifica como um compromisso ético com a verdade e responsabilidade com a sociedade (Dornelles, 2008).

É neste contexto que o projeto de extensão ABC do Pantanal, no qual este trabalho se baseia, se afilia a tal abordagem jornalística. O projeto ABC do Pantanal, ligado ao curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), busca sensibilizar a sociedade sobre os impactos ambientais resultantes da ação humana no bioma Pantanal. Por meio da divulgação de conteúdos científicos e ambientais, a iniciativa pretende estimular o interesse da comunidade para a importância da proteção desse ecossistema, através de redes sociais como o Instagram e Tik Tok e de um podcast disponibilizado na plataforma Spotify.

Sendo assim, a proposta deste trabalho é analisar como o ABC do Pantanal assume um discurso baseado na não neutralidade em suas. Para isso, serão analisados conteúdos divulgados no perfil do projeto no Instagram (@abcpantanal), com base nos referenciais teóricos apresentados. Para tanto, utilizaremos a metodologia da análise do discurso.

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do

discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (Orlandi, 2009, p. 15)

É válido destacar que a análise tem como objetivo demonstrar como o projeto desenvolve um trabalho que contribui para um jornalismo ambiental mais crítico e engajado, reforçando a ideia de que a neutralidade pode não ser efetiva com o compromisso de informar de maneira consciente e responsável. Ou seja, pretendemos dar evidência à importância da não neutralidade no jornalismo ambiental, destacando o papel do projeto na defesa do Pantanal e na construção de uma sociedade mais informada e participativa.

2. NÃO NEUTRALIDADE

A não neutralidade no jornalismo ambiental é um conceito essencial para compreender o papel do jornalista na cobertura de temas relacionados ao meio ambiente. Segundo Dornelles e Grimberg (2012), o jornalismo ambiental exige uma abordagem mais crítica e engajada. “Obviamente, a objetividade deve guiar o processo de seleção e construção das notícias, mas não impedir que a visão crítica seja apresentada à audiência” (Dornelles; Grimberg, 2012, p. 80). Isso porque as questões ambientais não são apenas eventos isolados, são problemas complexos que envolvem e impactam na sociedade, na política, na economia e, claro, na ciência (Bueno, 2007). Ou seja, seguir uma postura neutra diante de discussões tão importantes, como os temas ambientais, pode afetar na clareza de informações importantes, assim prejudicando a reprodução de discursos que garantem a defesa do meio ambiente.

De acordo com Silva e Barboza (2014), o conceito tradicional de neutralidade no jornalismo é baseado na ideia de que os jornalistas devem se limitar a relatar os fatos sem interferências subjetivas. Porém, essa ideia ignora que a produção jornalística é feita de escolhas, como, por exemplo, quais fatos destacar, quais fontes entrevistar ou qual linguagem utilizar, o que automaticamente está ligado a subjetividade do jornalista na prática da profissão, e escolher se manter “neutro” diante de temas sensíveis e importantes, contribui para a disseminação de discursos hegemônicos (Silva; Barboza, 2014).

[...] podemos afirmar que, ao pautar, apurar, escrever ou editar uma reportagem, o jornalista não se despoja de todos os valores culturais que traz arraigados em si. De alguma forma, na escolha do enfoque da matéria, do vocabulário utilizado ou até mesmo das fontes consultadas, o jornalista manifesta o seu ponto de vista, a maneira como vê o mundo. Portanto, ser totalmente neutro ou objetivo no jornalismo é impossível, pois jornalismo é feito por pessoas que carregam consigo toda experiência cultural e de valores inerentes a qualquer ser humano. (Silva; Barboza, 2014, p. 97 – 98)

Para Bueno (2017), no jornalismo ambiental, essa influência se torna ainda mais evidente, pois as questões ambientais muitas vezes envolvem conflitos de interesse. Segundo o autor:

[...] a inexistência de profissionais capacitados para esta cobertura em milhares de veículos distribuídos por todo o território nacional, o lobby poderoso desencadeado por interesses empresariais que impactam o meio ambiente (agroquímicas, mineradoras, empresas de biotecnologia, setores conservadores do agronegócio etc), dentre outras razões, têm contribuído para uma cobertura fragmentada, descontextualizada e imprecisa da problemática ambiental. (Bueno, 2017, p. 26)

Portanto, a não neutralidade no jornalismo ambiental não significa abandonar o compromisso com a verdade ou distorcer informações para defender um ponto de vista, significa entender que jornalistas têm a responsabilidade de contextualizar os fatos.

O jornalismo ambiental precisa ter um caráter revolucionário, comprometido com a mudança de paradigmas, deve enxergar além das aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriaram da temática ambiental para formar ou reforçar a imagem. (Bueno, 2007, p. 17)

Posto isto, é necessário reconhecer que o jornalista evidencie as raízes dos problemas ambientais, denunciando impactos socioambientais e dando espaço para debates e perspectivas que geralmente são ignoradas pela mídia tradicional. Quando um veículo de comunicação escolhe reportar uma catástrofe ambiental sem falar sobre as responsabilidades de grandes grupos e empresas envolvidas, por exemplo, ou sem discutir as falhas na fiscalização governamental, ele se baseia em uma seletividade de informações, mesmo que se apresente como “neutro” (Bueno, 2017).

A partir disso, Dornelles (2008) diz que há novidade nessa abordagem jornalística proposta, visto que a cobertura atual já se apresenta como parcial, protegendo, defendendo e disseminando interesses empresariais. “O que queremos é

que a imprensa passe a defender explicitamente os interesses do povo, da sociedade como um todo, e não apenas de sua elite” (Dornelles, 2008, p. 124). Um jornalista ambiental deve enxergar a democracia como um processo de constante construção e transformação. Dessa forma, não pode ser neutro na participação popular ou no debate político, colocando em prática uma abordagem democrática, pois seu papel envolve a responsabilidade com a sociedade.

Resumidamente, estas são algumas questões que devem nortear a cobertura de questões que envolvem o meio ambiente. Pessoalmente, não acredito que no Brasil as grandes empresas de comunicação, detentoras dos principais veículos de comunicação de massa, realizem uma reforma no agir jornalístico. Mas acredito que uma imprensa paralela, alternativa à grande mídia, entre outras medidas, possa forçar importantes mudanças na prática usual do jornalismo brasileiro. (Dornelles, 2008, p. 130)

Além disso, o debate sobre questões que implicam o meio ambiente e sua proteção deve ser constante. Estamos acostumados a falar e acompanhar notícias apenas quando ocorrem desastres ambientais, mas é necessário que a fiscalização se comprometa em cuidar para que novas catástrofes não aconteçam. Logo, o jornalista verdadeiramente engajado precisa se preocupar em não fazer vista grossa para problemas que permeiam regiões vulneráveis e que precisam de atenção redobrada.

Não é menos verdade que a imprensa costuma focar a sua atenção sobre estes episódios apenas após a sua ocorrência, quando danos materiais e de vidas humanas já não podem ser revertidos, e que, ao longo do tempo, ignora os reais riscos inerentes a estes empreendimentos, especialmente quando eles ficam à mercê da ganância das empresas e da omissão de autoridades. (Bueno, 2017, p. 39)

Em um cenário de crise climática e degradação ambiental acelerada, por exemplo, a informação não pode ser tratada com neutralidade, ela precisa ser vista como uma ferramenta de transformação social. Fica sob responsabilidade do jornalismo ambiental questionar, investigar e revelar o que ocorre entre os desastres ambientais, cada vez mais frequentes, e as estruturas de poder. Desse modo, contribuindo para uma sociedade mais consciente e preparada para enfrentar os problemas atuais e tentar reverter problemas futuros.

[..] precisamos adotar um novo estilo de jornalismo, especialmente para o acompanhamento das questões ambientais no âmbito da sociedade. Primeiro, porque precisamos pensar não só em manter a população informada sobre os

acontecimentos, especialmente sobre a ação dos homens na natureza e seus efeitos, mas porque também precisamos educá-la para que, vivendo em democracia, possa se organizar e se mobilizar para exigir ações que levem em consideração o futuro de nossos filhos e netos e de toda nossa geração. (Dornelles, 2008, p. 121)

3. A ABORDAGEM JORNALÍSTICA DO ABC DO PANTANAL

O projeto de extensão ABC do Pantanal exemplifica como o jornalismo ambiental pode adotar uma abordagem engajada e crítica. Vinculado ao curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso, o projeto desenvolve conteúdos voltados à conscientização socioambiental, abordando temas como a conservação da fauna, os impactos da legislação ambiental e os desafios enfrentados pelo Pantanal. Sendo assim, nosso objetivo é analisar como o discurso utilizado pelo projeto em suas publicações pode influenciar a sociedade e conscientizar a respeito da participação ativa na defesa do bioma.

Para Maingueneau (2001), o discurso jornalístico tem uma certa credibilidade perante ao público que o consome. Sendo assim, no jornalismo ambiental é importante entender como se dá o desenvolvimento de um conteúdo e como reproduzi-lo de maneira que possa atingir um público diverso, considerando a relevância e a urgência do assunto.

Quando um jornal propõe uma seção “Sua saúde” ou “Resultados esportivos”, ele valoriza a face positiva do leitor, interessando-se pelas suas preferências ou necessidades, aceitando-as como legítimas ao satisfazê-las; ele valoriza também sua própria face positiva de locutor, ao mostrar-se preocupado com o bem-estar de seus clientes. (Maingueneau, 2001, p. 40)

O ABC do Pantanal foi desenvolvido no ano de 2020, após cerca de 17 milhões de animais vertebrados serem mortos nos incêndios ocorridos no Pantanal naquele período (Correia; Baptistella, 2024). A priori, o projeto tinha como objetivo desenvolver trabalhos em escolas com jovens e crianças, a fim de apresentar o bioma de forma educativa. Porém, após a grande repercussão dos problemas enfrentados na região durante a pandemia, notou-se a necessidade de tornar o Pantanal pauta para o público no geral, visto que muitos temas relacionados ao ecossistema ainda eram desconhecidos (Correia; Baptistella, 2024). Por se tratar de um projeto voltado a uma temática tão específica, se faz necessária uma abordagem efetiva e consciente, que

alcance comunidades diversas e que gere impacto nelas, a fim de buscar mudanças positivas e permanentes,

[...] a pauta ambiental precisa fundamentalmente desempenhar uma função pedagógica, sistematizando conceitos, disseminando informações, conhecimentos e vivências, ou seja, dando condições para que o cidadão comum participe do debate. (Dornelles, 2008, p. 122)

Para demonstrar na prática a aplicação da não neutralidade, analisamos publicações específicas no Instagram do projeto (@abcpantanal). Uma das publicações é referente à abordagem sobre a caça ilegal de onças-pintadas, um tema que necessita um posicionamento firme na denúncia de tal crime e na valorização da biodiversidade, por exemplo. Também examinamos a série de conteúdos sobre a Lei da Cota Zero, que trata das restrições à pesca e que gerou diversos debates. Além disso, estudamos o Projeto Tachã, desenvolvido por Gabriel Tolentino como seu trabalho de conclusão de curso, no qual ele produziu uma série de entrevistas com jornalistas que tiveram um trabalho essencial no Pantanal durante os incêndios florestais ocorridos em 2020, no auge da pandemia.

Segundo Orlandi (1987), a informação em um enunciado está relacionada ao que é gramaticalmente explícito, evidenciando a intenção do falante. Ou seja, no discurso a característica mais relevante não é a própria informação, mas sim a possibilidade de diversos sentidos, que vão além da objetividade dos fatos e que possibilitam ampliar as interpretações. Ao abordar a caça ilegal de onças-pintadas, por exemplo, além de informar o público sobre a problemática, o projeto se posiciona ativamente contra a prática e gera certa sensibilização sobre a problemática do assunto.

O discurso é “orientado” não somente porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo locutor, mas também porque se desenvolve no tempo, de maneira linear. O discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar. (Maingueneau, 2001, p. 53)

A publicação é um carrossel com imagens de onças e balões com textos que apresentam informações sobre o animal e como esse crime ambiental pode impactar no ecossistema. A caça ilegal coloca em risco a sobrevivência de várias espécies, incluindo aquelas já ameaçadas de extinção (Ribeiro, 2023). Diante disso, é fundamental a divulgação de informações sobre o tema, assim, há a possibilidade de

sensibilizar o público e promover mudanças na percepção sobre a importância da conservação da fauna.

IMAGEM 1: PUBLICAÇÃO CAÇA ILEGAL DAS ONÇAS-PINTADAS



Fonte: ABC do Pantanal (2023)

Nesse sentido, o ABC do Pantanal desempenha um papel essencial ao trazer para o debate temas sensíveis como esse, utilizando o jornalismo ambiental como ferramenta de mobilização social. Na legenda do próprio *post*, o projeto diz: “A conscientização é a chave para a mudança, hoje, mais do que nunca, é essencial que unamos nossas vozes em defesa das onças-pintadas e de toda a vida selvagem”. Considerando que o discurso não se trata apenas de uma representação do mundo, como também de uma maneira de agir sobre o outro (Maingueneau, 2001), ao incentivar a conscientização por parte do público, o projeto busca gerar um estado de alerta para a realidade dos fatos divulgados na publicação. Segundo Bueno (2007), o jornalismo ambiental precisa se posicionar através de denúncias e informações que reforçam um comprometimento com a mudança de paradigmas.

O jornalismo ambiental que manifesta o engajamento de seus profissionais, despojados da tradicional concepção de objetividade e neutralidade, é uma das mais importantes e legítimas ferramentas de conscientização para uma mudança de hábitos em âmbito planetário. A informação sobre meio ambiente já não é mais uma questão de opção, é uma questão de necessidade. (Silva; Barboza, 2014, p. 109)

Esse tipo de comunicação também contribui para pressionar autoridades e instituições a fortalecerem as políticas de fiscalização e punição contra a caça ilegal, além de incentivar práticas mais sustentáveis na convivência entre humanos e o meio ambiente. De acordo com Bueno (2007), é importante questionar os discursos que se apresentam como preservacionistas, principalmente quando vêm de governos e organizações. Muitas vezes, essas falas podem servir mais como estratégia de marketing ou propaganda do que como um verdadeiro compromisso com a conservação ambiental. Ou seja, além de ações pontuais divulgadas por essas instituições, é necessário estar atento às políticas e práticas de longo prazo para entender se realmente estão contribuindo com a preservação ou apenas utilizando a causa ambiental para melhorar uma imagem.

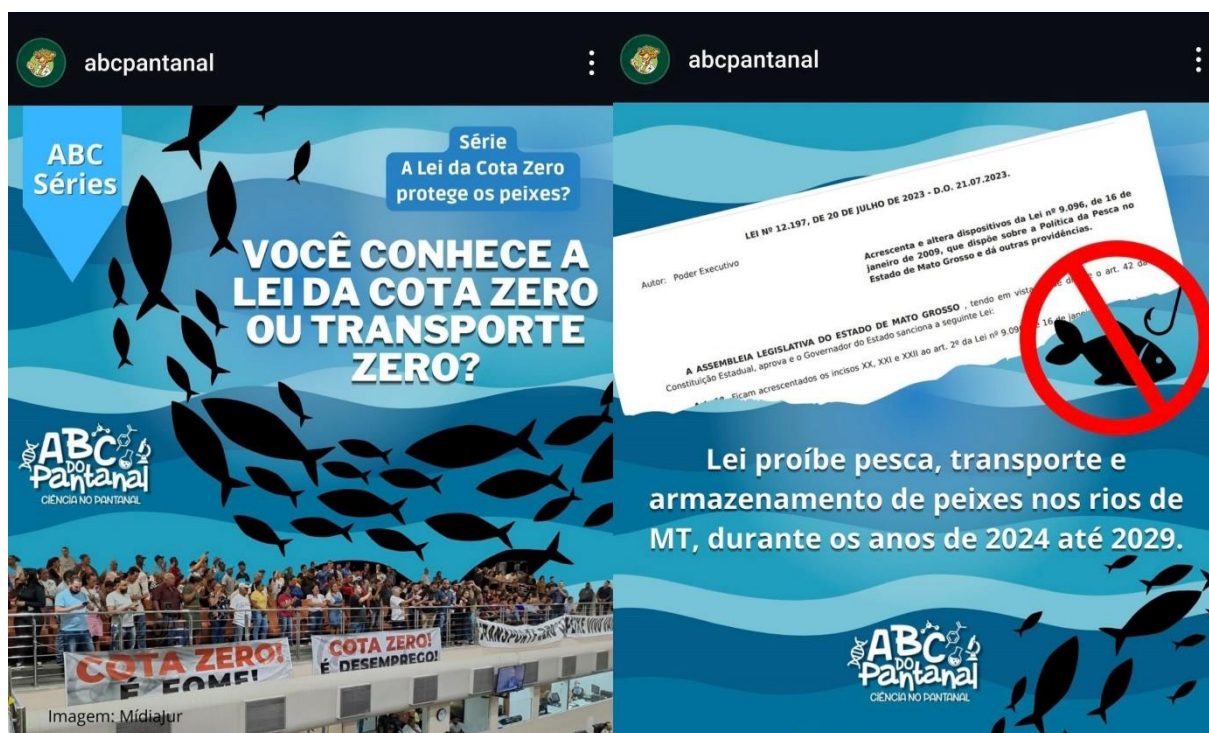
Considerando isso, é interessante analisar também a série “A Lei da Cota Zero protege os peixes?” que o projeto desenvolveu. Com publicações sobre a Lei da Cota Zero, conta com duas postagens feitas no ano de 2024, durante os debates e manifestações a respeito das consequências da lei que proibia a pesca, transporte e armazenamento de peixes nos rios de Mato Grosso, entre os anos de 2024 e 2029. Com imagens de grupos protestando contra as medidas impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a primeira publicação aborda os principais pontos da lei, com explicações como: o objetivo da lei, quais foram as reações da população com as determinações do STF, tentativas de conciliação, quais espécies cuja comercialização foi proibida e quais são os possíveis impactos nas comunidades que dependem da pesca no estado.

A primeira publicação trata apenas de informações sobre a lei e, como vamos destacar nas discussões adiante, a segunda publicação traz um especialista para falar sobre o assunto e levanta todas as problemáticas que acompanham a aprovação dessa legislação. Ao observar essa sequência, percebemos que existe a intenção de primeiro contextualizar o público sobre o assunto, para que assim há a possibilidade de

apresentar o posicionamento do projeto com relação ao tema. Quanto a isso, Charaudeau (2016) diz que

[...] é a situação de comunicação que dá força de validade ao ato argumentativo é o que permite definir três grandes ordens argumentativas: "a demonstração", "a explicação", "a persuasão". A ordem da demonstração corresponde às situações cuja finalidade consiste em "estabelecer uma verdade" – fazer saber/informar (exemplo: um artigo científico); a ordem da explicação corresponde às situações cuja finalidade consiste em "fazer conhecer uma verdade" já estabelecida – explicar (como o livro didático, um manual escolar de Física); a ordem da persuasão corresponde às situações cuja finalidade é "fazer crer" (uma publicidade, uma declaração política). (Charaudeau, 2016, p. 15)

IMAGEM 2: SÉRIE “A LEI DA COTA ZERO PROTEGE OS PEIXES?”



Fonte: ABC do Pantanal (2024)

Para os pescadores profissionais, ribeirinhos e comunidades indígenas, a Lei da Cota Zero representa uma ameaça à sua subsistência. Muitas dessas pessoas dependem da pesca como principal fonte de renda. A proibição do transporte de peixes limita a comercialização, afetando a economia local e aumentando a vulnerabilidade social dessas populações.

Vale ressaltar que, em fevereiro de 2024, o governo do Estado de Mato Grosso publicou o Decreto nº 678, que estabeleceu as diretrizes para o Registro Estadual de Pescadores Profissionais e para a concessão do Auxílio Pecuniário destinado aos pescadores artesanais do estado (Zaina; Lara; Guimarães, 2024). Porém, haviam requisitos necessários que os pescadores precisavam cumprir para terem direito ao auxílio. De acordo com dados de Zaina, Lara e Guimarães (2024), apenas 5% da população entrevistada em pesquisa desenvolvida na cidade de Cáceres – MT atendia aos critérios impostos para participar do auxílio pecuniário do Governo do Estado de Mato Grosso.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a aplicação da Lei do Transporte Zero apresenta desafios significativos para os pescadores profissionais artesanais de todo o Estado de Mato Grosso, em especial a população ribeirinha do município de Cáceres. A proibição da pesca de espécies de alto valor comercial, como o Pintado, Cachara, Piraputanga e Jaú, terá um impacto econômico considerável, reduzindo a renda desses pescadores. Além disso, a imposição de requisitos rigorosos para o recebimento de auxílio pecuniário pode excluir muitos pescadores, principalmente aqueles com baixa escolaridade e mais idade. (Zaina; Lara; Guimarães, 2024, p. 159)

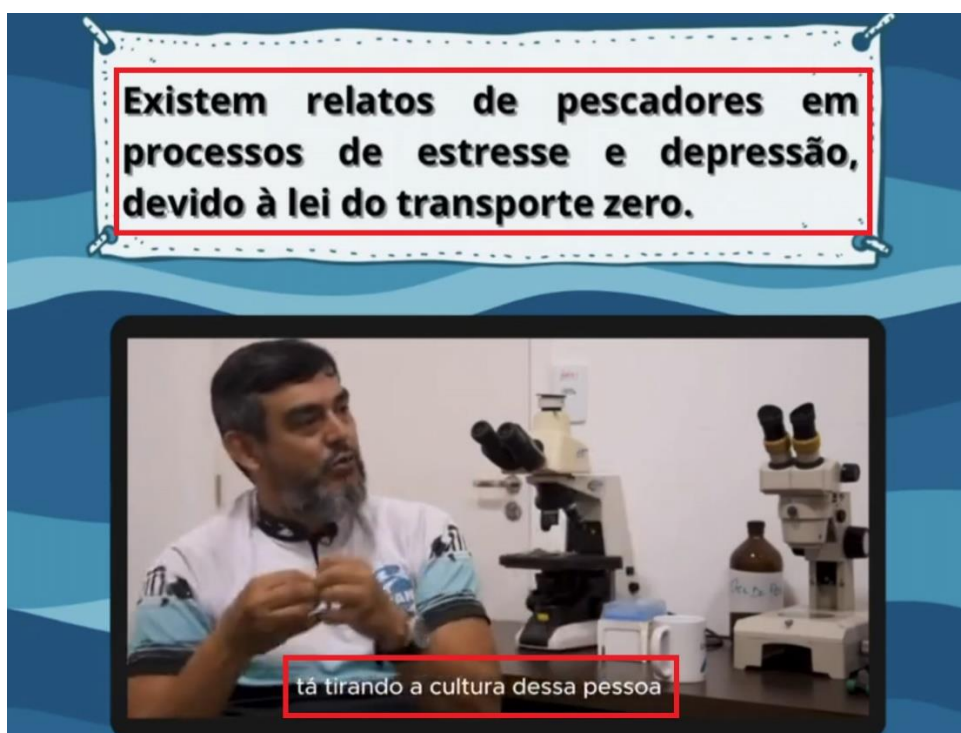
Considerando todas as questões econômicas e sociais envolvendo a aprovação da lei, a segunda publicação da série traz um especialista sobre o assunto, o pesquisador e professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) Dr. Claumir Muniz, que fala sobre a relação do pescador com o rio e quais são os verdadeiros riscos que afetam preservação desses recursos hídricos. Para Charaudeau (2016), colocar uma terceira pessoa, principalmente um especialista, para falar sobre assuntos que representam o seu posicionamento, é uma estratégia para validá-lo.

A tomada de posição consta de uma declaração do sujeito em relação à problematização, mas ele pode fazer de modo que seja levado a justificá-la e, então, explicitá-la, para fins de credibilidade. Necessita precisar, por exemplo, como “quem fala”, qual é a qualidade que o autoriza a argumentar. Ele pode ser tanto a pessoa implicada (testemunha, vítima, ator de eventos vividos), quanto o especialista que foi solicitado (*expert*, sábio). (Charaudeau, 2016, p. 21)

Na entrevista gravada e publicada em setembro de 2024, o professor explica que se há um declínio na atividade pesqueira, não é culpa dos pescadores, mas de processos que interrompem o processo reprodutivo dos peixes, como o mau uso dos rios, hidrelétricas, barcas e hidrovias. Dessa forma, ao promover essa discussão com um

especialista (Charaudeau, 2016), o ABC do Pantanal reforça a preocupação com a qualidade das informações divulgadas e evidencia como a decisão de proibir o transporte sem uma análise mais profunda pode ser prejudicial para quem depende da pesca. Ou seja, além de informar, o projeto também denuncia as consequências socioeconômicas e ambientais que podem surgir.

IMAGEM 3: ENTREVISTA COM O DR. CLAUMIR MUNIZ



Fonte: ABC do Pantanal (2024)

Para Bueno (2007), o jornalismo ambiental também integra uma fiscalização contínua das ações dos governantes, especialmente quando há omissão ou alinhamento com interesses empresariais e de grupos privilegiados. Nesses casos, a falta de políticas públicas eficazes para a preservação ambiental acaba favorecendo a degradação dos ecossistemas, tornando possível identificar a necessidade de uma gestão mais comprometida com a sustentabilidade.

Com relação ao posicionamento de veículos midiáticos, Dornelles (2008) explica que é importante assegurar que os direitos do povo serão defendidos, garantindo uma abordagem jornalística mais justa:

Reconhecemos, no entanto, que não estamos propondo nenhuma novidade prática, pois a atual cobertura já é parcial, pois protege, defende e dissemina interesses empresariais, subsidiados por agências e assessorias de comunicação. O que queremos é que a imprensa passe a defender explicitamente os interesses do povo, da sociedade como um todo, e não apenas de sua elite. (Dornelles, 2008, p. 124)

Através da série “A Lei da Cota Zero protege os peixes?”, o projeto não se limita a relatar os fatos de maneira superficial, ele também se posiciona e dá espaço para os que são afetados por decisões políticas. Essa postura crítica é crucial para garantir que as políticas ambientais sejam mais justas, equilibrando a conservação da natureza com a proteção das comunidades tradicionais.

O “Projeto Tachã: Conversando com as Sentinelas do Pantanal” é mais um exemplo de como o jornalismo ambiental pode atuar de maneira engajada e crítica na cobertura de temas ambientais urgentes. Desenvolvido pelo jornalista e egresso da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Gabriel Tolentino Correia, como seu Trabalho de Conclusão de Curso, o projeto é vinculado ao ABC do Pantanal e tinha como objetivo documentar e analisar a atuação dos jornalistas que cobriram os incêndios florestais no Pantanal durante a pandemia de 2020. Através de uma série de entrevistas com esses profissionais, o Projeto Tachã evidencia o papel do jornalismo como “sentinela” das questões ambientais, destacando os desafios enfrentados na cobertura dos desastres e a importância de uma abordagem não neutra diante da destruição do bioma.

O nome “Projeto Tachã” foi em referência à ave Tachã (*Chauna torquata*), uma espécie encontrada no Pantanal e na região Sul do país. Essa ave se destaca por seu comportamento vigilante, emitindo um chamado alto e agudo sempre que percebe uma ameaça ou a presença de caçadores. Devido a essa característica, a Tachã é conhecida como a “sentinela do Pantanal”, pois alerta outros animais sobre possíveis perigos na região (Correia; Baptistella, 2024). Por isso a analogia com o título do projeto, ligando a principal característica da ave com o papel dos jornalistas durante os desastres ambientais ocorridos por longos períodos no Pantanal, em 2020.

O Projeto Tachã: Conversando com as Sentinelas do Pantanal apresenta a importância da divulgação do trabalho realizado pelos jornalistas ambientais na cobertura das queimadas no Pantanal em 2020. Além de evidenciar para

toda a sociedade a função social e as dificuldades que são enfrentadas pelos profissionais da área. (Correia; Baptistella, 2024, p. 5)

O conceito de não neutralidade no jornalismo ambiental, discutido por Bueno (2007) e Dornelles (2008), por exemplo, reforça que o jornalista não pode se eximir de tomar posição diante de questões ambientais que gerem impactos permanentes no meio ambiente, na economia e na sociedade. No caso do Projeto Tachã, a escolha de dar voz aos jornalistas (Charaudeau, 2016), que atuaram em coberturas de catástrofes, como os incêndios no Pantanal, demonstra uma postura engajada que busca expor a gravidade da destruição ambiental e a negligência das autoridades. Ou seja, dando esse espaço para quem já se posiciona na prática jornalística, apresenta também o posicionamento do projeto com relação ao tema e reproduz discussões importantes (Charaudeau, 2016). Bueno (2007) diz que o jornalista ambiental não se limita ao horário de trabalho, o compromisso com a causa é constante. Sendo assim, levar adiante experiências e conhecimentos a respeito dos assuntos que aborda, ele se mantém ativo na causa. “De imediato, nada de neutralidade, e a objetividade deve ser vista com restrições porque, na prática, toda reportagem, todo discurso implica uma trajetória, uma leitura e um compromisso” (Bueno, 2007, p. 37).

Para Correia e Baptistella (2024), ao dar visibilidade a questões importantes e espaço para profissionais conscientes e preocupados com a preservação do Pantanal, o projeto evidencia a cobertura jornalística de desastres ambientais e apresenta que ela não deve se limitar a uma perspectiva neutra. É necessário assumir um compromisso com a verdade dos fatos e com a defesa do meio ambiente e das comunidades afetadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise das publicações do ABC do Pantanal, identificamos o compromisso do projeto com a proposta de não neutralidade. Em um cenário onde o Pantanal enfrenta ameaças constantes, como incêndios florestais e políticas que impactam comunidades tradicionais, o projeto se destaca por adotar uma abordagem que vai além da transmissão de informações. A não neutralidade presente em suas publicações demonstra um compromisso real com a defesa do bioma e das populações

que dependem dele para sobreviver, atuando como ferramenta na luta por políticas públicas mais eficazes, fiscalização e preservação ambiental.

Além disso, o atua na formação de futuros jornalistas, oferecendo aos estudantes uma experiência prática ligada a comunicação e responsabilidade socioambiental. Tal iniciativa, além de capacitar os alunos, também serve como referência para profissionais da área, demonstrando como o jornalismo ambiental pode e deve ser conduzido de maneira ética e engajada.

Enquanto profissionais precisamos zelar pela credibilidade do conteúdo divulgado por nós. Em relação ao jornalismo ambiental, o ABC do Pantanal tem esse comprometimento reforçando, através da atuação nas redes sociais, a importância de um jornalismo implicado com a verdade e com a proteção dos recursos naturais e das comunidades que dependem deles. Ao se posicionar de forma fundamentada em suas publicações, o projeto contribui para um debate público mais informado e para a construção de uma sociedade mais consciente sobre a urgência da preservação do Pantanal.

REFERÊNCIAS

ABC DO PANTANAL. (abcpantanal). **Caça ilegal das onças-pintadas**. Tangará da Serra, 4 dez. 2023. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/Cob5SiXOGjw/?igsh=MTEzMmhleXkzOGU1NQ==>. Acesso em: 8 mar. 2025.

ABC DO PANTANAL. (abcpantanal). **Você conhece a Lei da Cota Zero ou Transporte Zero?**. Tangará da Serra, 3 set. 2024. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/C6uW9xupS87/?igsh=aWVuNTgwc2lhY253>. Acesso em: 8 mar. 2025.

ABC DO PANTANAL. (abcpantanal). **Pesca restrita em Mato Grosso**. Tangará da Serra, 8 mai. 2024. Disponível em:
https://www.instagram.com/p/C_eU669yu4y/?igsh=cjY2ajA3dnAzenQx. Acesso em: 11 mar. 2025

ABC DO PANTANAL. (abcpantanal). **Você sabe o que é o “Projeto Tachã: Conversando com as Sentinelas do Pantanal?”**. Tangará da Serra, 17 mai. 2024. Disponível em:
<https://www.instagram.com/reel/C7FjPYGps1E/?igsh=c2o2bXlwdWNqcG9x>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, n. 15, 2007. p. 33 – 44.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 1, 2017. p. 21 – 41.

CHARAUDEAU, Patrick. A argumentação em uma problemática da influência. **ReVEL**, vol. 14, n. 12, 2016. Tradução de Maria Aparecida Lino Pauliukonis.

CORREIA, Gabriel Tolentino; BAPTISTELLA, Eveline dos Santos Teixeira. Projeto Tachã: Conversando com as Sentinelas do Pantanal – Projeto desenvolvido para o Projeto de Extensão ABC do Pantanal. **Anais do Encontro Regional Centro-Oeste de Ensino de Jornalismo**, Tangará da Serra, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/2-encontro-regional-centro-oeste-ensino-jornalismo/1045389-projeto-tacha--conversando-com-as-sentinelas-do-pantanal--projeto-desenvolvido-para-o-projeto-de-extensao-abc-d>. Acesso em: 7 mar. 2025.

DONERLLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. **BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH** (versão em português), v. 1, n. 1, 2008.

DORNELLES, Beatriz Correa P.; GRIMBERG, Daniela. Jornalismo Ambiental: análise dos critérios de noticiabilidade na web. **Vozes e Diálogo**, Itajaí, v. 11, n. 1, 2012. p. 68 – 81.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

RIBEIRO, Victor Caetano. O combate à violência contra animais no Brasil: a legislação penal. Orientadora: Isabel Duarte Valverde. 2023. p. 1 – 20. Trabalho de Conclusão de Curso – Direito, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

SILVA, Ana Carolina de Araújo; BARBOZA, Eduardo Fernando Uliana. Jornalismo Ambiental: apontamentos para uma análise do discurso engajado. In: SILVA, Ana Carolina de Araújo (org.); FRANCO, Leila Maria (org.); PORTARI, Rodrigo Daniel Levoti. **Comunicação, texto e discurso**. Barbacena: EdUEMG, 2014. cap. 5, p. 94 – 110. Disponível em: http://www.isepe.edu.br/images/biblioteca-online/pdf/ciencias-humanas/SILVA_Ana_Carolina_de_Arajo_Comunicacao_texto_e_discurso.pdf#page=95. Acesso em: 8 mar. 2025.

ZAINA, Franciane; LARA, Julio Cezar de; GUIMARÃES, Thiago Silva. Pescadores profissionais artesanais de Cáceres – Mato Grosso: possíveis efeitos financeiros e sociais a partir da lei do transporte zero. **Revista Brasileira de Estudos de Gestão e**



Desenvolvimento Regional, Unemat, v. 3, n. 1, 2024. p. 148 – 163. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rbedrpp/article/view/13066/8807>. Acesso em: 11 mar. 2025.